Art. 10. Os servidores e funcionários públicos que deixarem de atender as determinações constantes do presente decreto ficarão sujeitos à aplicação das sanções administrativas, civis e criminais pertinentes.

Art. 11. As normas e procedimentos estabelecidos pelo presente decreto aplicam-se à Administração Pública direta e indireta da Prefeitura de Manaus.

Art. 12. No período compreendido entre a publicação e a obrigatoriedade da aplicação deste Decreto, fica a Prefeitura de Manaus obrigada, através das Secretarias competentes, a dar divulgação às normas aqui contidas, fornecendo orientação às licitantes e interessados em contratar com a Administração, treinamento aos fiscais de obras, serviços e aquisições de materiais, bem como a adequação dos seus procedimentos internos.

Art. 13. Este Decreto não exime os usuários do cumprimento do disposto na legislação e normas específicas referentes ao Sistema DOF.

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, exceto os arts. 3º e 5º que tem aplicabilidade imediata, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 8.092, de 27 de setembro de 2005.

Manaus, 26 de dezembro de 2008.

SERA FERNANDES CORRÊA
Prefeito de Manaus

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO OU UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS DE ORIGEM NATIVA OU NÃO NATIVA DE PROCEDÊNCIA LEGAL

Em conformidade com o disposto no art. 5º do Decreto Municipal nº ..., de ... de 2008, que estabelece normas regulamentares para a aquisição de produtos e subprodutos florestais de origem nativa e não nativa, assim como a sua utilização em obras e serviços contratados pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta da Prefeitura de Manaus.

R.G. ..., legalmente nomeado representante da empresa ..., CNPJ ..., e participante do procedimento licitatório nº ..., na modalidade de ..., processos administrativo nº ..., declara, sob as penas da lei, que, para o objeto da referida licitação, somente serão fornecidos ou utilizados produtos e subprodutos florestais de origem nativa ou não nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovado por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte reconhecida pelo órgão ambiental competente, ficando sujeito às sanções administrativas previstas nos arts. 86 ao 88 da Lei Federal nº 9.666, de 21 de junho de 1993, no inciso V, § 8º, art. 72 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, sem prejuízo das implicações de ordem civil e criminal estabelecidas em leis.


CRIA a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN - Reserva do Sítio Bons Amigos e dá outras providências.

O PREFEITO DE MANAUS no uso da competência que lhe confere o artigo 80 da LOMAN e tendo em vista o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 9.988, de 18 de julho de 2003, e no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002,

CONSIDERANDO que por determinação do inciso III do § 1º do artigo 225 da Constituição Federal combinado com o caput do artigo 283 da LOMAN, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e que para assegurar a efetividade desse direito, incumbe-lhe definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei nº 605, de 24 de julho de 2001, que institui o Código Ambiental do Município de Manaus e dá outras providências;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei nº 671, de 4 de novembro de 2002, que regula o Plano Diretor Urbano e Ambiental, estabelece diretrizes para o desenvolvimento da Cidade de Manaus e dá outras providências relativas ao planejamento e à gestão do território do Município;

DECRETA:


Art. 2º A Reserva Sítio Bons Amigos ocupa uma área de 31.974 ha, com perímetro de 3.153,95 m, conforme abaixo discriminado e com os seguintes limites e confrontações: Inicia-se a descrição desde perímetro no vértice M000CG, de coordenadas N9.686.522,866m e E159.044.640m, de próxima com azimute de 131° 29'52" e distância de 1.382,83m, enfrentando neste trecho com LOTE35F, até o vértice M000DD, de coordenadas N9.685.606,635m e E159.044.640m, distante de 2160,01' e distância de 219,56 m, enfrentando neste trecho com AREE REMANENSCENTE DO LOTE 35E a até vértice M000CC, de coordenadas N9.685.429,219m e E158.915,265m, de próxima com azimute de 309° 23'58" e distância de 1.239,51 m, enfrentando neste trecho com LOTE 35D até o vértice M097E, de coordenadas N9.686.215,946m e E157.957,444m, de próxima com azimute de 7° 32'50" e distância de 254,38 m, enfrentando neste trecho com LOTE35 até o vértice M097F, de coordenadas N9.686.468,141m e E157.990,857m, de próxima com azimute de 180 15'56" e distância de 57,65 m, enfrentando neste trecho com IG. SANTO ANTONIO até o vértice M097G, de coordenadas N9.686.522,866m e E158.008,926 m, ponto inicial da descrição desde perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão referenciadas ao Meridiano Central 63ºWGR, tendo como o Datum o SAD-69. Todos os âzimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º A Reserva Sítio Bons Amigos tem como objetivo básico garantir a proteção integral dos ecossistemas naturais e proteger recursos genéticos da flora e da fauna, especialmente o Primata Saum de Manaus, Saguinus bicolor, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Art. 4º Caberá ao proprietário administrar diretamente a RPPN conforme as disposições constantes na Lei Municipal nº 869/005.

O PREFEITO DE MANAUS, no exercício das prerrogativas que lhe outorga o inciso I do artigo 128 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS,

CONSIDERANDO o que consta do Processo protocolado sob o nº 2008/2427/6158/00442 de 25.9.2008,

RESOLVE:

APOSENTAR, com base nos termos dos arts. 6º, § 4º e 30, da Lei Municipal nº 870/05, alterada pela Lei nº 1.197, de 31.12.2007, o servidor DELMAR PINTO NUNES, Auxiliar de Serviços Municipais, matrícula 076.233-4C, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Básicos e Habitação (SEMOB), com os proventos mensais de R$ 1.640,32 (um mil seiscentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), discriminados na forma abaixo:

VALOR DA REMUNERAÇÃO INTEGRAL
R$ 1.971,40 (um mil novecentos e setenta e um reais e quarenta centavos).

VALOR DO BENEFÍCIO MÉDIO – Calculado nos termos do Artigo 40, § 3º da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/03, c/c artigo 1º da Lei nº 10.887/04 e artigo 55 da Lei Municipal nº 870/05, alterada pela Lei nº 1.197, de 31.12.2007 – R$ 1.386,45 (um mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) discriminados na forma abaixo:

VALOR DA REMUNERAÇÃO INTEGRAL
R$ 1.597,75 (um mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos).

VALOR DO BENEFÍCIO MÍDIO – Artigo 40, § 3º da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/03, c/c artigo 1º da Lei Federal nº 10.887/04 e artigo 55 da Lei Municipal nº 870/05, alterada pela Lei nº 1.197, de 31.12.2007 – R$ 1.386,45 (um mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

VALOR DO PROVENTO – Artigo 40, § 3º da Constituição Federal.

R$ 1.386,45

Manaus, 29 de dezembro de 2008.

SERAÍM FERNANDES CORRÊA
Prefeito de Manaus


O PREFEITO DE MANAUS, no exercício das prerrogativas que lhe outorga o inciso I do artigo 128 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS,

CONSIDERANDO o que consta do Processo protocolado sob o nº 2008/2427/6158/00442 de 23.9.2008,

RESOLVE:

APOSENTAR, a contar de 25.11.2008, com base nos termos dos arts. 6º, § 4º, inciso I, e 28, §§ 1º e 5º da Lei Municipal nº 870/05, alterada pela Lei nº 1.197, de 31.12.2007, c/c o art. 1º, inciso X, do Decreto nº 8243/05, o servidor ALBERTO DE MORAES PEREIRA, Auxiliar de Serviços Municipais, matrícula 084.172-2B, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Obras Serviços Básicos e Habitação (SEMOB), com os proventos mensais de R$ 1.386,45 (um mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) discriminados na forma abaixo:

VALOR DA REMUNERAÇÃO INTEGRAL
R$ 1.597,75 (um mil, quinhentos e noventa e nove reais e sete centavos).

VALOR DO BENEFÍCIO MÉDIO – Artigo 40, § 3º da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/03, c/c artigo 1º da Lei Federal nº 10.887/04 e artigo 56 da Lei Municipal nº 870/05, alterada pela Lei nº 1.197, de 31.12.2007 – R$ 1.386,45 (um mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

VALOR DO PROVENTO – Artigo 40, § 3º da Constituição Federal.

R$ 1.386,45

Manaus, 29 de dezembro de 2008.

SERAÍM FERNANDES CORRÊA
Prefeito de Manaus